

Formações territoriais urbanas em São João del-Rei (MG)

Eder Jurandir Carneiro *

Resumo: O trabalho apresenta conclusões parciais de extensa pesquisa sobre processos de construção de territórios urbanos de classes populares em São João del-Rei. Aplicaram-se *surveys* domiciliares em 673 domicílios de populações de baixa renda. Realizaram-se também levantamentos em fontes documentais e arquivos de cartórios e órgãos públicos, observações de campo e entrevistas semi-estruturadas com moradores. As informações assim obtidas deram origem a um conjunto de relatórios e trabalhos de caráter monográfico a respeito de cada processo particular de formação de territórios urbanos de classes populares. O presente trabalho representa, pois, a primeira tentativa de realizar uma análise de conjunto dos casos. Enfatizam-se, então, as semelhanças e mecanismos que evidenciem a ocorrência de certos padrões históricos de construção dos territórios urbanos de populações de baixa renda da cidade.

Palavras-chave: Territórios urbanos; classes populares; São João del-Rei

Abstract: This paper presents some conclusions from a broad research on the historical making of working class urban territories in São João del-Rei (Brazil). Surveys were applied in 673 low class residences. Archives of notary's office and state agencies were consulted. Empirical observations were done, as well interviews with local inhabitants. We have used these data to do some technical reports and monographic papers. Here we try to make our first analysis on the set of these reports and papers. In order to explain the historical patterns of the making of working class urban territories we emphasize similarities among our case studies, as well the social mechanisms involved in.

Key-words: Urban territories; working class; São João del-Rei

I- Introdução

O presente trabalho apresenta conclusões parciais de uma extensa pesquisa sobre processos de construção de territórios urbanos de classes populares em São João del-Rei, que vimos realizando nos últimos três anos¹. Nesse período, aplicamos *surveys* domiciliares em 673 domicílios de populações de baixa renda, atingindo cerca de 90% das residências de oito bairros (são eles: Cidade Nova, São Dimas, vila Nossa Senhora de Fátima, Conjunto Habitacional IAPI/JK, vila Brasil, Novo Bonfim, Águas Gerais e Gameleiras). Os dados dos

* Doutor em Sociologia e Política. Professor da Universidade Federal de São João del-Rei.

¹ A pesquisa tem contado com o trabalho de vários bolsistas de Iniciação Científica (do CNPq e da FAPEMIG) e de extensão (bolsas e apoio da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de São João del-Rei). Aproveitamos para agradecer ao público a inestimável contribuição dos seguintes bolsistas: Jhony River Raimundo Resende, Priscilla do Carmo Azevêdo, Ana Cristina G. Miranda, Felipe Diego Nazaré, Matheus Alves de Barros, Luiz Raimundo T. da Silva, Luiz Felipe M. Cândido, Dênis P. Tavares e Lucas Henrique Pinto.

surveys constituem um banco de dados extenso e único, fornecendo, entre outras, informações sobre as trajetórias de ocupação residencial, origem da população, situação sócio-econômica (renda, cor, ocupação profissional, escolaridade), condições ambientais e de saneamento básico, redes de parentelas e associativismo.

A pesquisa realizou, também, levantamentos em fontes documentais e arquivos de cartórios e órgãos públicos, além de observações de campo e entrevistas semi-estruturadas com moradores e representantes de associações de moradores, perfazendo um total de cerca de 30 horas de gravação.

As informações assim obtidas deram origem a um conjunto de relatórios e trabalhos de caráter monográfico a respeito de cada processo particular de formação de territórios urbanos de classes populares. O presente trabalho representa, pois, a primeira tentativa de realizar uma análise de conjunto dos casos. Enfatizam-se, então, as semelhanças e mecanismos que, para além das idiossincrasias de cada caso, evidenciem a ocorrência de certos padrões de construção dos territórios urbanos de populações de baixa renda da cidade, nos quais desempenham papel decisivo as ações coletivas e conflitos protagonizados por essas populações. Por fim, procura-se capturar as relações entre o desenvolvimento desses padrões e dinâmicas sócio-econômicas de escala mais ampla que tiveram lugar em Minas Gerais.

II- O objeto teórico: conflitos ambientais e construção de territórios urbanos

Em sociedades de classe, as relações de produção e formas de propriedade vigentes implicam a distribuição desigual dos capitais (materiais e simbólicos), o que, por sua vez, acarreta a distribuição desigual das possibilidades de êxito nas lutas pela significação e apropriação das condições naturais. A isso denominamos “desigualdade ecológica” ou “injustiça ambiental”².

Na sociedade capitalista, em particular, as formas de propriedade determinam a primazia da apropriação das condições naturais como fluxo de matérias e energias tomadas como condição para a produção de mercadorias com vistas à acumulação de riqueza abstrata (HARVEY, 2005), o que implica necessariamente a destruição ou subsunção de todos os demais significados e propósitos de apropriação dessas condições naturais. Essa poderosa lógica leva, por mediações complexas, ao estabelecimento de conflitos ambientais.

Contudo, é preciso ter em conta que o objeto dos conflitos ambientais não se refere apenas ao conjunto de elementos e processos produzidos pela *physis*. Conflitos ambientais

² Para uma apresentação histórica e conceitual da noção de justiça ambiental, ver Acselrad et al. (2004).

colocam frente a frente atores com distintos propósitos de apropriação de *territórios*³, entendidos como condições naturais específicas, fundidas com ambientes construídos pelo trabalho humano, mediado pelas relações de produção e sistema simbólicos dominantes. Cada configuração territorial é o resultado, localizado no tempo, de práticas e lutas sociais pregressas e, simultaneamente, condição para construções e apropriações territoriais futuras. Portanto, os territórios não são construções congeladas, posto que a própria historicidade das práticas sociais a eles se transfere, isto é, as configurações espaciais designadas territórios são um processo histórico.

Nessa acepção, julgamos legítimo tomar determinados espaços urbanos como territórios e examinar os processos por meio dos quais atores disputam sua construção material e simbólica, ou seja, o provimento do território com um conjunto de características - “cristalizações” do trabalho humano ou momentos de “valorização do espaço” (MORAES e COSTA, 1984) – que lhe confiram um caráter socialmente reconhecido como urbano - tais como redes de esgoto, de distribuição de água e de energia elétrica, pavimentação de ruas, coleta pública de lixo, equipamentos de lazer etc.

A construção histórica de territórios urbanos de classes populares resulta da interação entre, de um lado, a espacialização urbana das desigualdades geradas pela economia de mercado, conservadas e aprofundadas por omissões e ações seletivas do Estado, e, de outro, as lutas e práticas coletivas organizadas pelos moradores, que buscam o provimento desses territórios com serviços de infra-estrutura “urbana”. Trata-se de um processo errático, revelando-se um contínuo de conflitos, insucessos e conquistas, muitas vezes parciais e sujeitas a retrocessos.

III- Construção de territórios urbanos de classes populares

III-1- O contexto da suburbanização: ascensão e colapso da industrialização sanjoanense

São João del-Rei se tornou, ao longo do século XIX, um próspero entreposto comercial atacadista e financeiro, que se apropriou de grande parte do excedente produzido na

³ Ainda sobre o conceito de território, vejam-se, entre outros, Giarraca e Wahren (2005), Santos (1999) e Haesbaert (2007). O conceito de território permite incorporar a dimensão do conflito pela apropriação do mundo material e, ao mesmo tempo, evitar as concepções naturalistas e consensualistas presentes na noção de “meio ambiente”, em que se assenta a ideologia do desenvolvimento sustentável. No campo da História Ambiental, a concepção naturalista do objeto teórico (a ênfase numa natureza pré-social) é bastante disseminada, aparecendo em autores clássicos da disciplina, como, por exemplo, Worster (1991). Uma crítica a essas concepções pode ser encontrada em O’Connor (2001).

região, mediante a intermediação do comércio de gêneros de abastecimento dentro de Minas e entre Minas e outras províncias, principalmente a do Rio de Janeiro. De sorte que se formou na cidade uma poderosa, embora numericamente pequena⁴, elite comercial-financeira, cujos negócios se entrelaçavam fortemente com as atividades ligadas à agroexportação e, mais para o final dos Oitocentos, à industrialização na Zona da Mata e no Rio de Janeiro.

Entrementes, nas últimas décadas do século XIX, com o declínio da atividade das fazendas produtoras de gêneros agropecuários de abastecimento, a elite mercantil-financeira investe parte de seu capital em iniciativas que visavam à melhoria das condições de transporte e à instalação de indústrias dos setores têxtil e alimentício⁵. A exemplo do que ocorria na Zona da Mata, São João del-Rei viveu um significativo processo de industrialização que se prolongou até a passagem da década de 1950 à de 1960, e se assentava em “setores tradicionais”, ligados às atividades de fiação, produção de têxteis, móveis, bebidas, calçados, artefatos de couro, laticínios, sabão etc. (GAIO SOBRINHO, 1997).

O período recessivo da economia brasileira do início dos anos 1960 marca o princípio de uma crise generalizada da industrialização sanjoanense, embora já se verificasse no estado, há algumas décadas, um declínio relativo das “indústrias tradicionais”⁶, acompanhado por um desenvolvimento contínuo dos empreendimentos ligados ao setor sídero-metalmúrgico⁷. Esse movimento traduz a emergência de uma “nova burguesia mineira” (DULCI, 1999).

Com a retomada do crescimento da economia brasileira, após 1967, essa nova elite pôde, enfim, concluir seu projeto de construir, no centro do Estado, mediante a atração de capitais forâneos, um consistente parque industrial centrado nas grandes indústrias de bens

⁴ Compunham essa elite algumas poucas famílias. Além disso, como demonstra Graça Filho, as relações de amizade e parentesco, assim como as “escolhas matrimoniais” eram estratégias comuns de que se valia essa elite para evitar a dispersão dos capitais acumulados (GRAÇA FILHO, 2002: 67-68, principalmente).

⁵ São exemplos a criação da Companhia Estrada de Ferro Oeste de Minas, em 1881 (ligando São João del-Rei à ferrovia D. Pedro II, que levava ao Rio de Janeiro), a fundação, em 1891, da Companhia Industrial Sanjoanense (ainda hoje em atividade), no setor têxtil, e a formação, também em 1891, da Cia. Agrícola Industrial Oeste de Minas. Ainda no final do século, “outras indústrias leves apareceriam, como a Destilaria Castelo, de Zuquim, Silva e Cia. (1890), as fábricas de cervejas Miller (1891) e a Adriática, da Marchetti e Cia (1892)” (GRAÇA FILHO, 2002: 47).

⁶ Segundo Diniz, um diagnóstico realizado pelo BDMG, em 1965, concluiu pela decadência do setor têxtil mineiro (carro-chefe da industrialização sanjoanense), apresentando-se “estagnado há dois ou três anos; [com] baixa produtividade e equipamento obsoleto; queda da produção, matéria-prima de baixa qualidade; descuido do reequipamento e da manutenção.” (DINIZ, 1981: 143)

⁷ Em certa medida, o declínio da industrialização sanjoanense reflete uma tendência mais geral da economia brasileira no período. Assim, entre 1949 e 1980, a participação proporcional dos chamados setores tradicionais no valor agregado da indústria nacional caiu de 65,5% para apenas 37%, enquanto a contribuição dos novos setores (concentrados na produção de bens intermediários) subiu de 34,5% para 63% (NOVY, 2002: 120), caracterizando uma completa inversão.

intermediários, com ênfase na mineração e na siderurgia, valendo-se das enormes reservas minerais da região⁸.

A recessão econômica dos primeiros anos da década de 1960 e, na seqüência, o deslocamento efetivo do eixo da industrialização em Minas para a região central do estado e para os “setores não tradicionais” aceleraram a desindustrialização sanjoanense tornando a mesorregião do Campo das Vertentes uma área de declínio econômico. Conseqüentemente, a partir da década de 1970, São João del-Rei, na qualidade de cidade-pólo de uma mesorregião economicamente deprimida, passa a atrair, como se verá, contingentes de emigrantes da zona rural e da área urbana de pequenos municípios próximos, ensejando a constituição e contínua ampliação de novas periferias. Tal é a especificidade sanjoanense do processo brasileiro de construção da “cidade informal” (MARICATO, 2001). Esse quadro se agrava ainda mais a partir dos anos 1980, quando o colapso dos intentos de “modernização recuperadora” mergulha o país num processo de “desindustrialização endividada” (ALTVATER, 1995), abrindo-se um período em que a adoção de políticas neoliberais exige, entre outras coisas, a produção de superávits fiscais e a redução dos “gastos públicos”.

Em consequência, acelera-se o processo de formação das novas periferias sanjoanenses, o que faz com que as condições de infra-estrutura urbana dessas áreas tendam a se tornar cada vez mais precárias. Essa tendência só é mitigada pelas práticas e ações coletivas encetadas pela população envolvida, que compõem uma trajetória contínua de conflitos pela construção de uma habitabilidade urbana nesses territórios.

III.2- Bases da formação inicial dos novos territórios urbanos de classes populares

III.2.1- A dinâmica demográfica

O povoamento das áreas que, a partir do início dos anos 1970, se constituirão nas novas periferias sanjoanenses se realiza por dois caminhos. Primeiro, pela chegada de imigrantes oriundos da zona rural do município ou de municípios próximos⁹.

⁸ Para uma síntese dos processos de gênese, desenvolvimento e colapso da “nova industrialização” mineira, veja-se Carneiro (2003, cap. 3).

⁹ Os dados dos surveys mostram, por exemplo, que cerca de 30% das famílias que deram início ao povoamento do bairro São Dimas vieram diretamente zona rural de São João del-Rei ou das zonas rural ou urbana de municípios próximos. Já nos bairros Gameleiras e Águas Gerais esse percentual situa-se em torno de 20%.

Entretanto, o processo que mais fortemente contribuiu para o início do povoamento das novas periferias foi, sem dúvida, a valorização dos terrenos e dos aluguéis mais próximos ao Centro, que provocou a expulsão das famílias de baixa renda que ocupavam essas áreas¹⁰.

Esse processo torna-se mais intenso a partir dos anos 1980¹¹. Para o período posterior a meados da década de 1980, os dados evidenciam uma forte aceleração do ritmo de crescimento da ocupação residencial dos territórios urbanos estudados¹².

Atua também como fator de fomento à ocupação residencial dos territórios urbanos estudados a procura pelos ganhos materiais e simbólicos auferidos pelo fato de morar próximo a parentes. Para as populações de baixa renda, a territorialização de redes de parentela lhes assegura (ao menos parcialmente), na esteira da denegação do Estado, o provimento de serviços, condições de segurança e recursos para sua reprodução material e simbólica. Residir próximo a parentes incrementa o *quantum* de capital social que uma família pode mobilizar, para fazer frente à situação de carência de capitais econômico, cultural e político. Parentes e amigos que habitam o mesmo bairro tornam-se nós de uma rede de solidariedade, segurança e apoio mútuo que supre, em parte, várias funções que as classes médias e superiores podem obter no mercado ou pela ação do Estado (como, por exemplo, o cuidado com as crianças dos pais que trabalham; o cuidado com doentes e idosos; a obtenção de empréstimos em dinheiro, em situações financeiras difíceis; o acesso a mão-de-obra para reformas ou construções de casas; a participação em atividades coletivas, geralmente de

¹⁰ Cerca de 30% dessas famílias eram oriundas da zona rural de São João del-Rei ou das zonas rural ou urbana de municípios.

¹¹ Com efeito, cerca de 50% das famílias que chegaram ao bairro São Dimas nos últimos 20 anos são originárias de outros bairros da cidade. E cerca de 40% dos chefes dessas famílias declararam que se mudaram para o local porque não podiam mais sustentar os custos de moradia em outros bairros. Outros 27% disseram que, além do encarecimento geral dos aluguéis, foram pressionados pela ampliação da família, que exigia sua transferência para imóveis maiores, cujos aluguéis são obviamente mais caros. Da mesma forma, 74% das famílias que chegaram à vila Nossa Senhora de Fátima a partir de meados dos anos 1980 são originárias de outros bairros da cidade. E 41% dos chefes dessas famílias disseram que o local em busca de terrenos ou aluguéis mais baratos.

¹² No bairro Águas Gerais, foram construídas 32 casas entre 1960 e 1985, perfazendo uma média de 0,8 casa por ano; a partir de 1986 foram edificadas 54 residências, numa média de 2,7 casas por ano. Portanto, o ritmo de ocupação residencial quase quadruplicou nos últimos vinte anos. Números semelhantes foram encontrados para o bairro São Dimas, onde o ritmo de ocupação residencial mais que triplicou após 1986, período em que foram construídas nada menos que 101 casas (ou cerca de 67% das residências do bairro). Na vila Nossa Senhora de Fátima a situação é parecida: nos últimos 20 anos, o ritmo de ocupação residencial multiplicou-se por 2,5 e foram edificadas 114 novas casas (ou 62% do total de casas da vila). Há casos de áreas de formação de novíssimas periferias, como os da vila Brasil/Novo Bonfim e Cidade Nova, em que praticamente todas as casas (31 e 17, respectivamente) foram edificadas nos últimos 15 anos.

caráter religioso, que fomentam o sentido de pertencimento comunitário; a troca de serviços, alimentos etc.)¹³.

III.2.2- O acesso à terra urbana

Em São João del-Rei, o acesso das camadas de baixa renda à terra para edificação de moradias nas periferias é viabilizado por dois mecanismos principais¹⁴. O primeiro deles, menos comum em outras cidades, é o sistema de aforamento de terras públicas. Nele, um chefe de família solicita à prefeitura municipal o aforamento de um lote, geralmente situado na faixa da zona rural que faz limite com o perímetro urbano. O solicitante obtém a posse do terreno para moradia, embora não disponha de sua propriedade. Em consequência, esse sistema, com o tempo, dá origem a aglomerados residenciais sem qualquer equipamento ou serviço de infra-estrutura urbana¹⁵.

O outro mecanismo que facilita às camadas populares o acesso à terra é a formação de loteamentos ditos “irregulares”, processo comum em todas as cidades médias e grandes do Brasil. Geralmente, trata-se de terrenos pertencentes a fazendas próximas ao perímetro urbano, que são parcelados em lotes agrupados em quadras. As quadras são separadas por ruas abertas por máquinas de terraplanagem, única característica inicial desses territórios que alude a uma habitabilidade urbana. O empreendedor do loteamento não o constrói como território urbano: faltam-lhe redes de coleta de esgoto, de águas pluviais e de distribuição de água potável e energia elétrica; não há pavimentação de ruas, circulação de ônibus ou iluminação pública. O loteamento sequer é registrado como tal junto ao poder público. Consequentemente, o preço dos lotes é bem mais barato, tornando-se acessível às populações de baixa renda¹⁶.

Em conjunto, os sistemas de aforamento de terras e formação de loteamentos “irregulares” constituem mecanismos funcionais de produção e reprodução das desigualdades

¹³ O percentual de chefes de família que declararam que já possuíam parentes no bairro para o qual se mudaram situa-se sempre acima de 50%, variando de 51,4% na vila Nossa Senhora de Fátima, a 67,6% nas Águas Gerais.

¹⁴ Como salienta Maricato (2001), em nosso “fordismo periférico” o valor do acesso à moradia e ao “solo urbano” não é incorporado ao valor da força de trabalho. Esse fator, somado à prevalência histórica da gestão urbana socialmente regressiva (dominada pelo capital imobiliário), obriga as classes populares empreender o gigantesco processo de construção da “cidade informal”

¹⁵ Em muitas situações, como no início do processo de ocupação dos bairros Gameleiras, Águas Gerais e São Dimas, não há sequer ruas nesses territórios, mas apenas trilhas abertas pelos próprios moradores, o que confere ao local uma aparência de pequeno povoamento rural.

¹⁶ Nos bairros vila Brasil e Novo Bonfim, formados a partir de loteamentos “irregulares” e ainda no início do processo de ocupação residencial, um lote de 360 m² podia ser comprado, em 2006, por cerca de R\$ 3.500,00. No bairro Cidade Nova, em situação semelhante, um lote com a mesma área é ainda mais barato.

ambientais urbanas. Essa “funcionalidade” reside no fato de que esses mecanismos viabilizam a alocação de expressivos contingentes de populações de baixa renda em áreas que não interessam ao grande capital imobiliário¹⁷, destituídas de serviços de saneamento básico. Evidentemente, se não houvesse a disseminação dos sistemas de aforamento de terras e formação de loteamentos “irregulares” aumentariam as possibilidades de ocorrência de ações, freqüentes em grandes cidades, como as ocupações de lotes vagos localizados em áreas mais centrais. E cresceriam, também, as pressões pela implementação, pelo poder público, de políticas habitacionais e de acesso à cidade para as camadas de baixa renda. Por essa razão, a prefeitura municipal se abstém de fiscalizar e embargar os loteamentos “irregulares”, que se constituem à luz do dia, assim como se prontifica a conceder aforamentos de terras públicas, o que ainda rende dividendos políticos a prefeito e vereadores que eventualmente surgem como mediadores do aforamento. Por fim, a formação de loteamentos “irregulares” destinados às classes populares representa um importante filão do mercado imobiliário, não só porque os custos para os empreendedores são muito baixos, mas também em virtude da forte inelasticidade da demanda local por loteamentos urbanizados (onde é alto o valor da terra), dados os processos econômicos anteriormente aludidos.

Dessa forma, vê-se na cidade um processo contínuo, acelerado nas duas últimas décadas, de homogeneização sócio-econômica e ambiental dos territórios urbanos, desaparecendo progressivamente as regiões em que coabitavam lado a lado famílias de estratos sociais distintos. A segregação espacial faz-se cada vez mais nítida. Os territórios urbanos periféricos de classes populares constituem hoje uma verdadeira São João del-Rei “oculta” (e sistematicamente ocultada), invisível aos olhos dos turistas solventes que consomem avidamente os territórios do chamado Centro Histórico.

III.3- Autoconstrução e conflitos ambientais na construção de territórios urbanos de classes populares

Para transformar em territórios urbanos as áreas que habitam, as populações de baixa renda da cidade vêm-se na contingência de ter que empreender estratégias e práticas coletivas de dois tipos, que se mesclam, em diferentes graus conforme o caso específico.

O primeiro tipo diz respeito às práticas de por mutirões, que são utilizadas tanto para a edificação e reforma de moradias quanto para a construção de equipamentos e serviços

¹⁷ Trata-se de áreas próximas a corpos hídricos, sujeitas a inundações (como nos casos da vila Nossa Senhora de Fátima e Conjunto Habitacional IAPI/JK), áreas de voçorocas (bairro São Dimas), de deslizamento de encostas (Gameleiras) etc.

urbanos¹⁸. Em muitos casos, os mutirões de também são utilizados para implantar equipamentos e serviços de infra-estrutura urbana¹⁹.

Outra estratégia coletiva envolve organização de associações e movimentos para reivindicar, juntos a órgãos públicos, a implantação de equipamentos e serviços de infra-estrutura urbana. Para isso, os moradores açãoam e combinam ações em duas frentes. Primeira, mobilizam o “capital social” gerado pelas redes de parentela, anteriormente aludidas, e pelas fortes relações de amizade e solidariedade que se formam ao longo de práticas coletivas, como os mutirões de autoconstrução acima mencionados²⁰. Segunda, buscam aproximar-se de atores portadores dos capitais que faltam às populações que representam, tais como sindicalistas, párocos, ONGs, Universidade, políticos etc.

Assim, populações de baixa renda têm que se fazer protagonistas de lutas ambientais, fenômeno inerente ao processo de construção das condições de urbanidade dos territórios que habitam. Assim, mesmo territórios cujo início da ocupação remonta a meados do século passado ainda exibem severas carências de equipamentos de infra-estrutura urbana. De maneira geral, a intensidade dessas carências varia na razão inversa da capacidade de mobilização e ação do movimento reivindicativo local e da renda *per capita* dos moradores.

A despeito da precariedade das condições socioambientais, as redes de parentela e de solidariedade forjadas, ao longo de décadas, pelas práticas coletivas de autoconstrução, auxílio mútuo e lutas pela construção dos territórios urbanos produzem um tipo de relação com o território bastante distinto daquele encontrado nas áreas urbanas habitadas por camadas das classes médias e da burguesia. Com efeito, para as classes populares, o bairro não é apenas o local onde se localiza a casa em que se habita, as ruas pelas quais se transita ou as casas de comércio em que se compra. Aqui, o território é representado como um “lugar

¹⁸ O percentual de residências que foram edificadas por processos de autoconstrução é de cerca de 51% nas Águas Gerais, 61% na vila Brasil/Novo Bonfim, 63% no São Dimas e chega a 81% no bairro Cidade Nova.

¹⁹ No bairro Águas Gerais, por exemplo, a população local construiu um engenhoso, embora precário, sistema de tubos e mangueiras que capta a água potável em minas e a distribui para as residências. No mesmo bairro, os moradores construíram, com utilização de ferramentas manuais, uma rua íngreme e realizaram o seu calçamento com pedras retiradas do entorno. Já no bairro São Dimas, a população abriu várias ruas, nos anos 1970 e, em meados da década de 1980, instalou parte da rede de esgoto (com materiais obtidos junto à prefeitura municipal) e construiu 28 novas casas, no âmbito de um programa do governo estadual. Os moradores decidiram coletivamente o local e os critérios para a distribuição das casas, após a realização de um cadastro das famílias. O terreno, adjacente ao primeiro núcleo de povoamento do bairro, foi doado por uma ordem religiosa.

²⁰ Com efeito, as entrevistas e observações de campo realizadas deixam claro que, nos casos estudados, as ações de organização e mobilização com vistas à reivindicação da urbanização dos territórios são tão mais fortes e exitosas quanto mais estreitas forem as redes de parentela e solidariedade.

identitário” (VARGAS, 2006), já que os elementos que o constituem evocam sentimentos e significados de pertencimento coletivo. Ainda nesse sentido julgamos sociologicamente apropriado designar os bairros estudados como “territórios” urbanos de classes populares²¹.

V- Referências bibliográficas

ACSELRAD, Henri et al. (2004), “A justiça ambiental e a dinâmica das lutas socioambientais no Brasil – uma introdução”, in: ACSELRAD, Henri et al. (org.), *Cidadania e justiça ambiental*, São Paulo: FASE, pp. 9-20.

ALTVATER, Elmar (1995), *O preço da riqueza*, São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.

CARNEIRO, Eder J. (2003), *Modernização recuperadora e o campo da política ambiental em Minas Gerais*. 2003. 449 f. Tese (Doutorado em Sociologia e Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

DINIZ, Clélio Campolina (1981), *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*, Belo Horizonte: Imprensa da UFMG.

DULCI, O. S. (1999), *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*, Belo Horizonte: Editora UFMG.

GAIO SOBRINHO, Antônio (1997), *História do comércio em São João del-Rei*, São João del-Rei: ed. independente.

GIARRACCA, Norma e WAHREN, Juan (2005), “Territorios en disputa: iniciativas productivas y acción política en Mosconi, Argentina”, in: *Revista del Observatório Social de América Latina*, Ano VI, n. 16, jan./abr., pp. 285-296.

GRAÇA FILHO (2002), Afonso de Alencastro, *A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del-Rei (1831-1888)*, São Paulo: Annablume.

HAESBAERT, Rogério, O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HARVEY, David, (2005) *A produção capitalista dp espaço*, São Paulo: Annablume.

MARICATO, Ermínia, *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*, Petrópolis: Vozes, 2001.

²¹ Compreende-se, assim, por exemplo, porque, a despeito da “vala negra”, 51% dos chefes de famílias das Águas Gerais não desejam mudar-se do local, pela razão de que ali cresceram junto com seus familiares e amigos. Pelo mesmo motivo, não desejam se mudar cerca de 60% dos habitantes das áreas mais severamente inundadas pelas enchentes que periodicamente acometem a vila Nossa Senhora de Fátima

MORAES, Antonio Carlos Robert (2002), *Território e história no Brasil*, São Paulo: Hucitec.

MORAES, Antonio Carlos Robert e COSTA, Wanderley Messias da (1984), *Geografia crítica: a valorização do espaço*, São Paulo: Hucitec.

NOVY, Andreas (2002), *A des-ordem na periferia: 500 anos de espaço e poder no Brasil*, Petrópolis: Vozes.

O'CONNOR, James, “Qué es la historia ambiental? Por qué la historia ambiental?”, in: *Causas Naturales: ensayos de marxismo ecológico*, México: Siglo XXI, 2001.

SANTOS, Mílton (1999), “O território e o saber local: algumas categorias de análise”, in: *Cadernos IPPUR*, vol. XIII, n. 2.

VARGAS, Maria Auxiliadora Ramos (2006), “Construção social da moradia de risco: trajetórias de despossessão e resistência: a experiência de Juiz de Fora/MG”, Anais do XXX Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Caxambu, 24 a 28 de outubro.

WORSTER, Donald, “Para fazer história ambiental”, in: *Estudos Históricos*, 4(8), Rio de Janeiro, 1991, pp. 198-215.